



Resumo Executivo

Conquistas e Contribuições

Propostas e contribuições da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar para a Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição

QUÊNIA, NOVEMBRO DE 2026



ROTEIRO PARA A AÇÃO PARLAMENTAR GLOBAL CONTRA A FOME E A MÁ NUTRIÇÃO

Diante da crise global de fome e desnutrição, a América Latina e o Caribe se destacam como a única região a reduzir seus índices recentemente, embora persistam desafios importantes como o alto custo de uma dieta saudável e o impacto em milhões de pessoas. Neste cenário, a **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** - criada em 2024 - busca se consolidar como líder estratégica global para o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2 (ODS 2: Fome Zero) e contribuir de forma respeitosa e decisiva para a Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição, que será realizada no Quênia em novembro de 2026.

Mediante o impulso da **“Rota Parlamentar Global pela Alimentação Primeiro”**, traçou-se um horizonte claro para a IV Cúpula de 2029, garantindo que os congressos tenham voz e voto na governança alimentar internacional. Em vez de projetar ações futuras, este documento compila de maneira exclusiva os principais marcos, contribuições estratégicas e vitórias legislativas já materializadas graças à cooperação interparlamentar. Uma trajetória que evidencia o impacto tangível e a liderança de nossa região na consolidação de políticas de Estado para erradicar a desnutrição.

O documento está organizado em torno das áreas temáticas definidas na reunião Pré-Cúpula celebrada na FAO (Roma, 10 e 11 de novembro de 2025). Cada eixo combina **um breve resumo de algumas das contribuições e conquistas da Aliança Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** no trabalho legislativo e em áreas orientadas a promover a cooperação, a mobilização sustentada e a incidência internacional.



CONQUISTAS E CONTRIBUIÇÕES

Propostas e contribuições da Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar para a Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Desnutrição

I. SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS: CLIMA, GÊNERO E NUTRIÇÃO

Nexo clima e alimentação:

Os membros da **Aliança** avançaram na incorporação do enfoque climático dentro da agenda legislativa de segurança alimentar, abordando também questões relacionadas à terra, à água, à gestão da energia e dos recursos naturais, à agroecologia e à interseção entre conflito e segurança alimentar. Entre os exemplos mais destacados:

- A Lei Modelo sobre Mudanças Climáticas e Segurança Alimentar e Nutricional do Parlamento Latino-Americano e Caribenho (PARLATINO), que consolida uma visão legislativa regional sobre adaptação, mitigação e resiliência agroalimentar.
- A Lei Geral da Alimentação Adequada e Sustentável do México, que integra elementos vinculados à sustentabilidade e à gestão territorial.
- A Lei Modelo de Promoção da Agroecologia do PARLATINO.
- As leis sobre perda e desperdício de alimentos aprovadas na Argentina, Colômbia, Peru, Equador e a Lei Modelo do PARLATINO.
- Os avanços na elaboração do Guia para legislar com perspectiva climática, impulsionado no âmbito do Grupo de Trabalho da Comissão Coordenadora Executiva da FPH-ALC.

Estes avanços também posicionam os parlamentos regionais como o PARLATINO como atores ativos na interseção entre mudanças climáticas, gestão de recursos naturais e segurança alimentar.

Gênero e direito à alimentação:

A incorporação da perspectiva de gênero tem sido um eixo estrutural do trabalho dos parlamentos da **Aliança**. Entre os marcos mais relevantes

destacam-se::

- A Lei da Mulher Rural da Colômbia, que reconhece o papel estratégico das mulheres rurais na produção e sustentabilidade alimentar.
- O Guia “Gênero, fome e desnutrição: Transformando a realidade a partir do trabalho legislativo”, que promove a transversalização do enfoque de gênero na legislação e na ação parlamentar, elaborado com o apoio do ParlAméricas.

Estes instrumentos reforçam o caráter do direito à alimentação como um direito humano integral e não neutro diante das desigualdades.

Nutrição e ambientes alimentares saudáveis:

Neste âmbito, a região construiu diversos marcos normativos de referência, tais como:

- A Lei Marco Regional para o Fomento de Sistemas Agroalimentares Eficientes, Inclusivos, Resilientes e Sustentáveis do Fórum de Presidentes de Poderes Legislativos (FOPREL), que estabelece padrões regionais.
- A Lei de Alimentação Escolar da Guatemala, que fortalece o acesso à alimentação adequada no ambiente educacional.
- As leis de alimentação saudável e de rotulagem frontal do México, Chile, Equador, Peru, Argentina e Bolívia.

Esses marcos evidenciam uma tendência regional para a regulação ativa dos ambientes alimentares, com ênfase na proteção da infância e das mulheres.

II. COOPERAÇÃO REGIONAL E GLOBAL

A formação e o funcionamento da **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** e de seus membros, bem como dos capítulos nacionais da FPH-ALC, constituem um exemplo concreto de cooperação



internacional efetiva. Graças à articulação entre os parlamentos, a cooperação internacional e a academia, fortaleceu-se a harmonização legislativa, o intercâmbio de boas práticas e a construção de políticas de Estado em matéria de segurança alimentar.

Um pilar estratégico é a colaboração com redes acadêmicas como o Observatório do Direito à Alimentação da América Latina e do Caribe (ODA-ALC) e o Observatório do Direito à Alimentação da Espanha (ODA-E), que agregam solidez técnica e legitimidade científica ao trabalho parlamentar, assegurando que as políticas respondam às necessidades e realidades territoriais.

Além disso, o **Pacto Parlamentar “Alimentação Primeiro”**, um compromisso político de alto nível das mesas diretoras dos parlamentos nacionais e regionais para garantir uma agenda de trabalho legislativo anual nesses temas, dá continuidade ao Pacto Parlamentar Global contra a Fome e a Desnutrição aprovado na II Cúpula Mundial Parlamentar, realizada em Santiago do Chile em 2023.

Entre outras conquistas relevantes destacam-se a Aliança Parlamentar para a Ação Climática proposta pelo PARLATINO e as declarações institucionais emitidas pela **Aliança** nos últimos anos.

Em conjunto, esta estratégia vincula a liderança parlamentar, evidências científicas e declarações institucionais, garantindo que os acordos nacionais, regionais e globais se traduzam em políticas de Estado com orçamento, monitoramento e prestação de contas.

III. MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

A **Aliança** demonstra que os espaços interparlamentares não são meros fóruns declaratórios, mas plataformas efetivas de articulação política e construção de agendas comuns. A participação na reunião preparatória da Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome

e a Má Nutrição a ser realizada no Quênia, a consolidação do Pacto Parlamentar Global contra a Fome e a Desnutrição e a convocação do I Fórum Parlamentar Ibero-Americano e Caribenho pela Segurança Alimentar —realizada no Senado do México no ano de 2025— permitiram mobilizar redes regionais, alinhar prioridades e projetar uma voz articulada do mundo parlamentar.

Destaca-se também o exemplo da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EuroLat), cujo Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Luta contra a Fome conseguiu, em 2025, a aprovação de um documento de recomendações que traduz o diálogo birregional em orientações legislativas concretas.

De maneira complementar, os esforços do PARLATINO na construção do Fórum Parlamentar dos países Africanos, Latino-Americanos e Caribenhos (AfroLac) seguem a lógica de cooperação parlamentar birregional promovida pela EuroLat.

Além disso, a participação de Portugal na **Aliança** oferece, por sua vez, uma oportunidade estratégica para fortalecer a articulação com os países africanos de língua portuguesa.

Neste processo tem sido fundamental a Cooperação Espanhola, através da AECID, que desde o início compreendeu que a luta contra a fome e a desnutrição exige a construção de uma arquitetura institucional robusta e liderança política parlamentar para garantir sustentabilidade, continuidade e políticas de Estado.

Outro ator estratégico neste processo tem sido a cooperação mexicana, liderada pela AMEXCID, que tem contribuído com a vasta experiência legislativa do México, projetando um sólido enfoque latino-americano. Graças ao seu respaldo político e capacidade de articulação, a AMEXCID tem sido um catalisador para expandir a legitimidade e o alcance regional desta iniciativa.

A convergência das cooperações espanhola e mexicana não só fortaleceu a dimensão



financeira, como também consolidou um enfoque compartilhado no qual o parlamentarismo é reconhecido como ator-chave na governança alimentar global.

Neste processo, também tem sido importante o impulso dado pela Cooperação Internacional Brasil-FAO, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que apoiou a formação da FPH-ALC.

Esta visão estratégica permitiu impulsionar os primeiros espaços de articulação regional, apoiar a consolidação dos capítulos nacionais da Frente Parlamentar contra a Fome e promover a sua projeção em cenários multilaterais, lançando as bases de uma mobilização interregional estruturada e com capacidade de incidência.

Nos últimos anos, novos atores se somaram, como a UE, por meio do Programa EU4SUN, implementado pela FIAP e pela Fundação Carolina, bem como a articulação da SEGIB, aportando legitimidade política, novos recursos e continuidade estratégica no âmbito das redes Ibero-Americanas.

IV. PARTICIPAÇÃO PARLAMENTAR SUSTENTADA

A **Aliança** traz à Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Má Nutrição no Quênia, uma visão estratégica de longo prazo, ao propor que este espaço não se limite à adoção de declarações, mas que contribua para consolidar uma agenda de ação parlamentar sustentada contra a fome e a má nutrição. Para isso, propõe um Roteiro com recomendações concretas, compromissos mensuráveis e mecanismos de acompanhamento parlamentar.

Esta proposta sustenta-se em uma experiência acumulada de mais de quinze anos de trabalho articulado entre frentes parlamentares, cooperação internacional e a FAO, que tem demonstrado que a continuidade institucional e

a cooperação interparlamentar são fundamentais para consolidar políticas de Estado em matéria de segurança alimentar e nutricional.

Cabe destacar que as Cúpulas Parlamentares Globais contra a Fome e a Desnutrição não surgiram de forma espontânea, mas como resultado de um processo impulsionado pela Frente Parlamentar contra a Fome da América Latina e do Caribe. Em particular, durante o VII Fórum da FPH-ALC realizado no México em 2016, o Senado da Espanha propôs elevar esta dinâmica regional a uma plataforma parlamentar global. A proposta se concretizou no ano de 2018 com a realização da I Cúpula Mundial nas Cortes Espanholas.

Este marco demonstra que a região não tem sido apenas beneficiária de cooperação, mas também geradora de inovação institucional. Por meio deste Roteiro, a **Aliança** apresenta uma proposta estruturada e orientada a resultados, que busca dar continuidade à ação parlamentar global contra a fome e a má nutrição e contribuir para o cumprimento do ODS 2 e a conclusão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

V. CONEXÃO INTERNACIONAL MAIS AMPLA

A experiência acumulada por parte da **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar**, e da Frente Parlamentar contra a Fome na América Latina e no Caribe em particular, demonstra que o mundo parlamentar pode e deve ocupar um lugar estável na arquitetura global da luta contra a fome.

Durante mais de uma década, a **Aliança** e os seus membros evoluíram de uma articulação regional para um espaço de diplomacia parlamentar multinível, capaz de conectar compromissos globais com a legislação nacional, os orçamentos públicos e os mecanismos de prestação de contas. Este processo permitiu institucionalizar o direito à



alimentação como política de Estado em múltiplos países e consolidar um modelo replicável de ação parlamentar coordenada.

Tomando como referência a presença da FPH-ALC nas últimas quatro edições da Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe (LARC), a participação organizada da **Aliança** marcou, há mais de oito anos, um ponto de inflexão: a voz parlamentar começou a incidir de forma sistemática nos debates regionais, reforçando a coerência entre as prioridades técnicas e os marcos legislativos. Assim, consolidou-se um precedente de governança compartilhada entre os poderes do Estado. Esta experiência evidenciou que as decisões executivas regionais só alcançam sustentabilidade quando contam com o respaldo normativo e orçamentário impulsionado pelos parlamentos.

No contexto da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza impulsionada pelo G20, a experiência ibero-americana aporta uma lição fundamental: os compromissos globais exigem ancoragem legislativa para se traduzirem em transformações estruturais. Este enfoque oferece um modelo concreto para fortalecer a dimensão parlamentar das iniciativas globais e evitar que se limitem a declarações de intenções.

No âmbito dos fóruns mundiais —como a histórica Cúpula do Clima da ONU (COP26) celebrada em Glasgow, no Reino Unido, em 2021—, a **Aliança** e seus membros sustentaram uma premissa central: a transformação dos sistemas agroalimentares exige marcos legislativos integrais, orçamentos alinhados e mecanismos de controle parlamentar que garantam a coerência entre sustentabilidade ambiental, nutrição, produção e equidade territorial.

No Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), a **Aliança** e seus membros têm atuado como ponte entre o consenso multilateral e a implementação nacional, promovendo a incorporação das suas diretrizes em leis e políticas públicas. Isto demonstra que a governança global

ganha efetividade quando é institucionalizada no âmbito legislativo e submetida a mecanismos de controle democrático.

Por fim, no marco do Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos CELAC (Plano SAN-CELAC), a **Aliança** e os seus membros têm contribuído para traduzir os acordos regionais em roteiros legislativos, reforçando a segurança alimentar como política de Estado e consolidando um exercício efetivo de cooperação Sul-Sul (CSS). Esta articulação entre a integração regional e a ação parlamentar nacional constitui uma das contribuições mais relevantes da **Aliança** para o fortalecimento da governança alimentar na América Latina e no Caribe.

A Cúpula Parlamentar Mundial contra a Fome e a Má Nutrição, a ser realizada no Quênia, representa uma oportunidade para escalar esta experiência regional rumo a uma arquitetura global mais coerente, na qual os parlamentos não sejam atores convidados, mas sim corresponsáveis estruturais na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis, resilientes e justos.

VI. COMUNICAÇÃO E INCIDÊNCIA POLÍTICA

A **Aliança Parlamentar Ibero-Americana e Caribenha pela Segurança Alimentar** e seus membros, com o apoio da FAO e de outros aliados, consolidaram um ecossistema regional de incidência política que transcende a articulação institucional, por meio de uma narrativa comum que posiciona a segurança alimentar como prioridade pública sob o eixo compartilhado **#AlimentaçãoPrimeiro**. Através da coordenação entre parlamentos nacionais, frentes regionais e atores territoriais, foram articulados mensagens coerentes e estratégicas, respaldadas por equipes técnicas e campanhas coordenadas.

Da mesma forma, a **Aliança** e seus membros impulsionaram alianças com meios de comunicação e atores sociais para amplificar as



vozes (porta-vozes) e fortalecer a legitimidade pública. A articulação com veículos de alcance internacional como a Radio Nacional de España e o El País, juntamente com meios parlamentares, nacionais e locais, favoreceu a capilaridade territorial e uma maior integração progressiva da sociedade civil na difusão de resultados e compromissos legislativos.

A consolidação de plataformas digitais especializadas da FPH-ALC e da própria **Aliança** reforçou a sua visibilidade e incidência. Esses espaços funcionam como repositórios de leis, evidências e experiências territoriais, contribuindo para fortalecer a confiança cidadã na ação parlamentar e para facilitar a replicabilidade de boas práticas em segurança alimentar e nutricional.



**ESCANEE O CÓDIGO QR
E ACESSE
MAIS INFORMAÇÕES**



Organización de las Naciones
Unidas para la Alimentación
y la Agricultura



Relaciones Exteriores
Secretaría de Relaciones Exteriores



Alianza Parlamentaria
Iberoamericana y Caribeña
por la Seguridad Alimentaria

iniciativa
AMÉRICA LATINA Y CARIBE
SIN HAMBRE



EU4SUN Strategy 3.0
Support Project



Financiado por
la Unión Europea

